

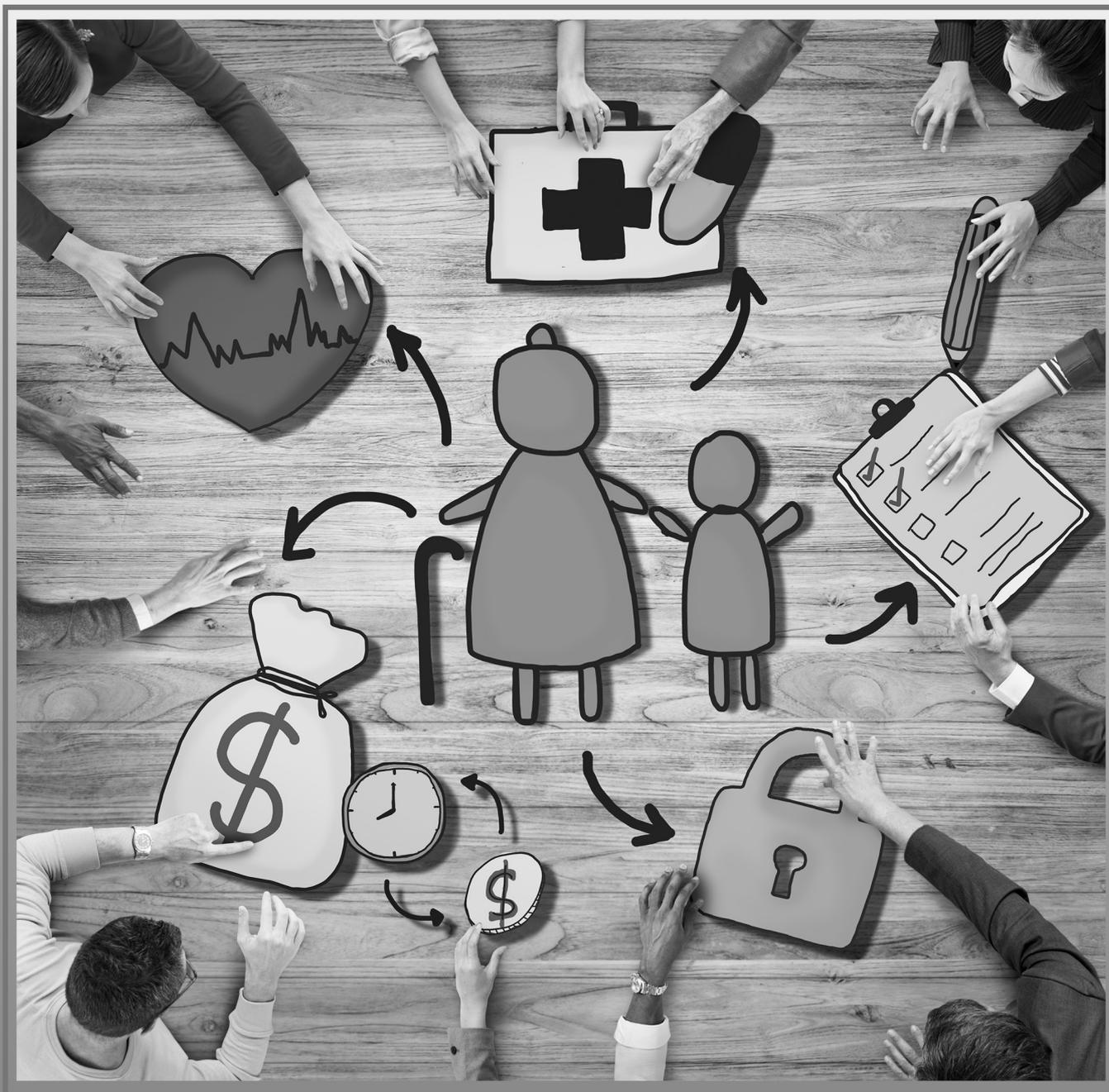


Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

4

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 4 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-234-0

DOI 10.22533/at.ed.340202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: ASPECTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO FAMILIAR	
Eugênia Aparecida Cesconeto	
Monica Pereira	
Wanderléia Pereira Gomes Gaidarji	
DOI 10.22533/at.ed.3402029071	
CAPÍTULO 2	11
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES FRENTE A MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES	
Jociane Souza da Silva	
Rodrigo de Oliveira Bastos Trotta	
Victor Tavares Batista	
Simone Silva	
Bruno Xavier Campos	
DOI 10.22533/at.ed.3402029072	
CAPÍTULO 3	21
A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E AS FACÇÕES DO TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	
Alice Mendes Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3402029073	
CAPÍTULO 4	29
RESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL E ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO: UM OLHAR AO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	
Franciele Theves da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.3402029074	
CAPÍTULO 5	42
O TRABALHO INFANTIL E O TRÁFICO DE DROGAS: UMA RELAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS	
Luciano Aparecido Pereira Junior	
Regina Célia de Souza Beretta	
DOI 10.22533/at.ed.3402029075	
CAPÍTULO 6	54
PROTOCOLO TÉCNICO-OPERATIVO DE ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS NA REDE SOCIOASSISTENCIAL	
Marlí Elisa Nascimento Fernandes	
Ilka de Fátima Santana Ferreira Boin	
Maria Lúcia Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.3402029076	
CAPÍTULO 7	66
FAMÍLIAS COMO FOCO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Ana Paula Ferreira dos Santos Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3402029077	

CAPÍTULO 8	76
FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL: NO DESAFIO DO FORTALECIMENTO DAS REDES PRIMÁRIAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	
Débora Holanda Leite Menezes Maurício Caetano Matias Soares	
DOI 10.22533/at.ed.3402029078	
CAPÍTULO 9	87
A PERCEPÇÃO DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS A PARTIR DA ATUAÇÃO EM ENTIDADE SOCIOASSISTENCIAL NO RIO DE JANEIRO	
Patrícia Quinto Santos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3402029079	
CAPÍTULO 10	99
PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MÃES ADOLESCENTES ATENDIDAS NA “ALA SANTANA” – MATERNIDADE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
Amanda dos Santos Silva Midiã Olivia Bentes Sant'ana Priscila Elen Souza Oliveira Yasmin Thais Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34020290710	
CAPÍTULO 11	112
RECORTES SÓCIOS HISTÓRICOS DAS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE CAPITALISMO	
Francisco das Chagas dos Santos Alves Aldení Gomes de Araújo Júnior Luan Alexandre da Silva Dantas Vanessa Amancio da Silva Hiorrana Larissa da Silva Flaviana Fernandes Martins Mariana Dantas Maria do Rosário Santos	
DOI 10.22533/at.ed.34020290711	
CAPÍTULO 12	122
O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: ALGUMAS EXPLICAÇÕES TEÓRICAS	
Jailma da Costa Batista Ranyellen Félix de Souza Felicidade Dayana Monteiro Dias Andressa Cassiano de Araújo Francely dos Santos Moura	
DOI 10.22533/at.ed.34020290712	
CAPÍTULO 13	132
TRÁFICO DE DROGAS E O CRESCENTE APRISIONAMENTO DE MULHERES NO BRASIL	
Gláucia Maria Ribeiro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.34020290713	
CAPÍTULO 14	141
DESCOBRINDO A DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER	
Maria Auxiliadora de Castro Coutinho	

CAPÍTULO 15	149
MULHERES QUE COMETEM CRIMES: VÍTIMAS OU CULPADAS? AS MARCAS DA INSERÇÃO FEMININA NO SISTEMA PRISIONAL	
Priscilla Brandão de Medeiros Kaedna Coleta Araújo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34020290715	
CAPÍTULO 16	161
ENTREGA VOLUNTÁRIA EM ADOÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SANTO AMARO	
Ana Lucia Oliveira Ramos Michelle Cavalli	
DOI 10.22533/at.ed.34020290716	
CAPÍTULO 17	175
ENVELHECIMENTO, TRABALHO E APOSENTADORIA: EXPECTATIVAS E PLANEJAMENTO PARA A VIDA PÓS-TRABALHO	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.34020290717	
CAPÍTULO 18	193
ENVELHECIMENTO E A PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.34020290718	
CAPÍTULO 19	205
O BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO IDOSO: DO RECONHECIMENTO À NEGAÇÃO	
Pamalla Sheron Gomes de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.34020290719	
SOBRE A ORGANIZADORA	215
ÍNDICE REMISSIVO	216

O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: ALGUMAS EXPLICAÇÕES TEÓRICAS

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 17/04/2020

Jailma da Costa Batista

Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa-PB. <http://lattes.cnpq.br/7885405356602854>

Ranyellen Félix de Souza

Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa-PB. <http://lattes.cnpq.br/7947278332813068>

Felicidade Dayana Monteiro Dias

Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa-PB. <http://lattes.cnpq.br/7690133328353056>

Andressa Cassiano de Araújo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Escola Multicampi de Ciências Médicas. Caicó-RN. <http://lattes.cnpq.br/3845654384100304>

Francyely dos Santos Moura

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Escola Multicampi de Ciências Médicas. Caicó-RN. <http://lattes.cnpq.br/2316688530165684>

RESUMO: O presente artigo busca analisar a categoria violência com a finalidade de compreender como a mesma se materializa no cotidiano social. Tem como principal objetivo, desvelar os tipos de violências perpetradas

contra as mulheres no Brasil e alguns mecanismos de proteção para o enfrentamento dessas violências.

PALAVRAS-CHAVE: Violência, Gênero, Tipologias.

THE PHENOMENON OF VIOLENCE AND VIOLENCE AGAINST WOMEN IN BRAZIL: SOME THEORETICAL EXPLANATIONS

ABSTRACT: This article seeks to analyze the category of violence in order to understand how it materializes in everyday social life. Its main objective is to reveal the types of violence perpetrated against women in Brazil and some protection mechanisms to face these violence.

KEYWORDS: Violence, Gender, Typologies.

1 | INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo consiste em realizar uma breve discussão teórica sobre a categoria violência, tendo em vista a necessidade de compreender diferentes atribuições de sentidos em torno desse conceito e, a partir dele perceber a violência de gênero e as violências perpetradas contra as mulheres na contemporaneidade.

Tem-se como categorias centrais de análise o conceito de violência, violência de gênero, e violência contra a mulher; tornando-se imprescindível, uma discussão conceitual sobre essas categorias e a caracterização dos principais tipos de violências perpetradas contra as mulheres no Brasil.

Quanto aos procedimentos metodológicos, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e abordagem crítico-dialética. Os resultados aqui apresentados apontam que o índice de violência contra mulher no Brasil é muito alto, mesmo após a implementação de dispositivos legais para o enfrentamento dessas violências, sendo sua grande maioria advinda do ambiente familiar e de relações afetivas.

Assim, inicialmente, será apresentada uma breve discussão conceitual sobre a categoria violência e em segundo momento, serão apresentados elementos que distinguem a violência de gênero e a violência contra a mulher. Por fim, será realizada uma transitória reflexão sobre a conceituação e as características da violência contra as mulheres no Brasil, entre elas a violência doméstica e intrafamiliar.

2 | CONTEXTUALIZANDO A VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E SOCIAL

Discutir a violência enquanto fenômeno social, histórico e de longa duração constitui-se em uma tarefa desafiadora, pois, como já apontava Vásquez (1977, p.382), “discutir sobre a categoria violência não é tarefa fácil, por ser exclusiva do ser humano, que se utiliza desta para violar ou violentar constantemente o que se denomina legalidade exterior”. Essa temática é ao mesmo tempo instigante e complexa, uma vez que, dada a sua amplitude, não existe na ciência social uma definição unívoca para essa categoria.

Desse modo, consideramos a violência como um fenômeno social e multicausal que se apresenta em suas mais variadas formas, nas relações de poder e entre os grupos sociais e interpessoais, ocasionando severas implicações nas violações de cidadania e de direitos humanos.

De acordo com Sergio Adorno (1955), há registros em que a violência não só está intrínseca ao ser humano desde os primórdios, como também, se apresenta de forma multifacetada em todos os segmentos da sociedade, devendo ser analisada através dos processos sociais e particularidades de cada região. Na mesma direção, Santos (1995), sinaliza que:

A prática da violência vai se inserir em uma rede de dominações, de vários tipos – classe, gênero, etnia, por categoria social, ou a violência simbólica – que resultam na fabricação de uma teia de exclusões, possivelmente sobreposta. (SANTOS 1995, P. 289).

Nessa perspectiva, podemos entender que nenhuma violência deve ser vista isoladamente, sem levar em consideração os fatores que contribuem para a intensificação da mesma, e os demais determinantes que giram em torno da negação dos direitos sociais, previstos no Art. 6º da Constituição Federal – CF 1988, tais como: a alimentação,

a assistência aos desamparados, à educação, o lazer, o trabalho, a moradia, a proteção à maternidade e à infância, a previdência social e a segurança.

Cabe ressaltar as considerações da pesquisadora Minayo (2005), ao situar esta discussão em torno de um conjunto de problemas que relacionam saúde, condições, situações e estilos de vida. Além disso, a autora converge com Vásquez (1977), ao elencar os diversos tipos de violências constatando que suas configurações perpassam pelo campo “da política, da economia, da moral, do direito, da psicologia, das relações humanas e institucionais, e do plano individual”, caracterizando-se como um fenômeno complexo e multicausal, no qual o indivíduo se torna sujeito e ao mesmo tempo objeto dessas ocorrências (MINAYO, 1994, p. 112).

Vásquez (1977), por sua vez, subdivide a categoria violência sob duas percepções: violência real e violência potencial, sendo a primeira relacionada à dominação de uma classe sobre a outra, e a segunda caracteriza-se de forma organizada e estruturada pelo Estado para manter a ordem entre as classes, não precisando fazer uso do poder coercitivo para o consenso de interesses por elas defendido.

Diante do que foi apresentado, o estudo da categoria violência nos remete a distinguir sua extrema multiplicidade, uma vez que não é cabível pensá-la como fenômeno singular, sendo importante considerar suas mais variadas formas, às quais se concretizam por intermédio de dominação, sobrevivência, luta de classes, negação dos direitos sociais, violência institucional e tantas outras formas de violações presentes em nosso meio.

É a violência da miséria, da fome, da prostituição ou das enfermidades, que já não é uma resposta à outra violência potencial ou em ato, mas sim a própria violência como modo de vida porque assim exige a própria essência do regime social. Essa violência surda causa muito mais vítimas do que a violência ruidosa dos organismos coercitivos do Estado. (VÁSQUEZ, 1977, p.382).

Nesse sentido, compreende-se a categoria violência, tanto em sua forma mais direta, como por exemplo, a violência física ou autoprovocada, podendo ser notada visivelmente, quanto de maneira “invisível”, como a violência psicológica, em seu caráter alienante e explorador das relações sociais, sendo banalizada ao passo que pessoas a interiorizam como se fosse algo natural e como se elas próprias fossem as únicas responsáveis por estarem em uma situação de risco social. Santos, estuda a violência e converge com Vásquez (1977) ao afirmar que:

A violência existe porque as contradições antagônicas e inconciliáveis existem igualmente entre os homens e entre as classes sociais, e na medida em que essas classes sociais se enfrentam, essa contradição antagônica é resolvida de forma violenta, logo, a violência é utilizada para conquistar o poder ou manter o que foi conquistado. (SANTOS, p.287 1995).

Desta forma, percebe-se que a violência é de fato um fenômeno que acompanha a humanidade em sua marcha histórica, tendo como uma de suas causas o uso do poder coercitivo pelo homem para garantir sua “sobrevivência” e/ou para estabelecer uma

ordem social. Essa relação de poder fica ainda mais evidente quando alguém ou um grupo deseja algo que depende da vontade do outro, ou busca defender seus próprios valores e interesses sem levar em consideração as necessidades alheias, causando insatisfações e conflitos.

Vale destacar aqui as considerações de Santos (1995), a respeito da distinção teórica entre conflito, poder e violência, na qual, o autor indica que o conflito social, assim como o poder, são processos que ocorrem entre as classes sociais e implicam a possibilidade de negociações, haja vista que o consenso entre as partes, pode prevalecer mesmo em situações mais tensas, desde que não seja utilizada a força para impor acordos nas relações, ao contrário da violência, explicitamente dita, que tem como característica o dano corpóreo ou moral, tornando-se desta forma, uma relação social inegociável, ao passo que afeta as reais condições de sobrevivência do outro.

Apesar de não existir uma definição unívoca sobre o conceito da categoria violência, tanto Santos (1995) quanto Vásquez (1977), não só a considera como um dispositivo de poder, que produz um dano social, como também sinaliza que a ocorrência do conflito é inevitável em uma sociedade com tantas diferenças, tais como: divergências políticas e econômicas; segregação e desigualdades sociais; relações de trabalho; precarização nos empregos e outras relações envolvendo preconceitos, discriminação, exploração, etc.

Nesse sentido, a violência é caracterizada pelo uso da força e coerção contra o outro, ao mesmo tempo em que causa no sujeito a probabilidade dele torna-se vítima e agressor de tais ocorrências, além disso, verifica-se que a violência é resultado de um processo de desajuste social, econômico e cultural, e de uma série de violações dos direitos humanos, nas quais se evidenciam em multiplicidade.

A manifestação da violência presente em toda história da sociedade brasileira revela o quanto seu povo é sofrido e escravizado pelas classes dominantes, uma relação de poder e soberania nas mãos de poucos detentores da riqueza, contra obediência e silêncio imposta à massa trabalhadora, em troca do mínimo para sua sobrevivência e de seus familiares.

Observa-se que, o país passou por intensas transformações após a instauração do regime militar de 1964, nas quais os menos favorecidos passaram a se organizar em movimentos reivindicatórios por melhores condições de vida e trabalho. Mas, conforme Vásquez (1977), a massa trabalhadora não somaria forças suficientes para minimizar o efeito devastador do capital, proveniente de ações individualistas da elite dominante.

Os capitalistas durante séculos se comportaram no mundo subdesenvolvido como verdadeiros criminosos de guerra, as deportações, as matanças, o trabalho forçado, a escravidão, foram os principais meios utilizados pelo capitalismo para aumentar suas riquezas e estabelecer seu poder. (FRANTZ FANON apud VÁSQUEZ, 1977).

Não obstante aos movimentos sociais, o desejo estatal era de promover o desenvolvimento do país, a qualquer custo, nesse sentido, o Estado fomentou políticas

que fortaleceram as desigualdades sociais e acentuou as contradições do capitalismo, propiciando um regime de exceção e seletividade ainda mais intenso. Incidindo assim, para que a violência deixasse de ser dispositivo da classe dominante, tornando-a estratégia também das classes dominadas, em busca de sobrevivência.

Dessa maneira, entende-se que a violência está ligada diretamente à conduta social, pela qual as pessoas são induzidas a naturaliza-la, ao mesmo passo em que a prática ilegal do poder interfere nas condições de vida dos cidadãos, caracterizando-se como atributo de decisão a favor de interesses da classe dominante e conseqüentemente ferindo os direitos éticos, sociais e econômicos da sociedade contemporânea.

As considerações acima permitem que nos aproximemos de outras perspectivas da categoria violência: a violência de gênero e violência contra a mulher, às quais, por sua complexidade, não temos pretensão de esgotar a temática, mas, minimamente, tencionar a discussão com a finalidade de propiciar reflexões, questionamentos e compreensão sobre as políticas de proteção às mulheres e os direitos humanos.

3 | VIOLÊNCIA DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ASPECTOS CONCEITUAIS

Como vimos, o fenômeno da violência está inteiramente ligado às relações sociais e de poder existentes na sociedade, não obstante a esse processo, a violência de gênero pode ser observada pela problemática e luta de igualdade entre os sexos, tendo em vista que as desigualdades sociais nas famílias são marcadas pelas características de dominação da relação entre homens e mulheres.

Para entendermos o conceito de gênero é necessário compreendermos as diferenças entre gênero e sexo. De acordo com Sílvia Camurça e Taciana Gouveia (2004), sexo está relacionado aos aspectos físicos e biológicos dos homens e dos animais e gênero refere-se apenas às pessoas e às relações entre seres humanos, sendo, portanto uma construção social.

O conceito de gênero se refere às relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens. Todas essas relações criam várias desigualdades, fazendo com que alguns tenham mais poder sobre os outros e, sejam considerados mais importantes e mais respeitados na sociedade. Isto também faz com que algumas pessoas tenham mais liberdades e oportunidades para se desenvolver do que outras.

Na sociedade patriarcal, como no Brasil, o sentimento de posse e de dominação do homem pela mulher é muito presente, tornando-se natural; dá-se pela caracterização de uma cultura de costumes ditos como corretos, nos quais existe uma preocupação em estabelecer símbolos cores, brinquedos e até sentimentos diferentes para meninos e para meninas.

A partir daí as crianças são estimuladas a aprender que os homens são caracterizados pelo sexo forte, provedor da manutenção e proteção do lar, enquanto as mulheres são vistas como sexo frágil, dependente de proteção, submissa e obediente ao homem. As lutas feministas trazem para a agenda política a importância e a influência da mulher na sociedade, buscando desmistificar os papéis específicos atribuídos a homens e mulheres ao longo da história humana.

O direito ao voto e o acesso à educação são alguns dos resultados significativos dessas lutas, a persistência das discriminações contra as mulheres revela a necessidade urgente de mudanças na cultura social a fim de coibir normas que fixam lugares específicos para mulheres e homens na sociedade.

Todavia, não se pode substituir o termo violência contra a mulher pela generalidade da violência de gênero. A violência contra a mulher compreende um tipo de violência de gênero e o seu termo não pode ser “escamoteado”; esquecido.

É pela perspectiva de gênero que se entende o fato de a violência contra as mulheres emergir da questão da alteridade, enquanto fundamento distinto de outras violências. Na agenda do movimento feminista brasileiro, a questão da violência contra a mulher tornou-se sua principal identidade, o que possibilitou ampliar o diálogo além dos espaços da militância, mas com a academia e com a sociedade civil, por meio das organizações não governamentais (ONGs), e outras instâncias da sociedade.

As desigualdades de gênero estão ainda nas raízes de sofrimento físico e mental, violação e mortes que atingem bilhões de mulheres de todas as etnias, idades, raças, religiões e culturas. Violência de gênero é sem dúvida uma categoria mais geral, que engloba os demais tipos de violência, sendo a violência contra a mulher a mais frequente.

A violência contra a mulher está presente em todas as classes sociais, segundo dados da ONU (2015), em todo mundo, pelo menos uma em cada três mulheres já foi espancada, coagida ao sexo ou sofreu alguma outra forma de abuso durante a vida. Tais agressões, geralmente, são realizadas por membros da própria família, sendo a violência doméstica a de maior incidência, entre as violências perpetradas contra as mulheres.

Segundo consta no art. 5º da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), a violência contra a mulher refere-se a qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial que ocorra no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto.

De acordo com Heleieth Saffioti (1997), a família é constituída por parentes consanguíneos (aqueles que têm o mesmo sangue) e/ou afins (são os que se tornam parentes pela via do casamento), para a autora a violência intrafamiliar não necessariamente é cometida por pessoas que residem no mesmo domicílio, mas a probabilidade dessas ocorrências é maior quando essas pessoas habitam sob o mesmo teto, convivendo cotidianamente.

Saffioti (1997) chama atenção para uma realidade bem presente em nosso meio, quando fala que não apenas o homem pratica a violência intrafamiliar, “sobretudo em sua ausência (do homem), a mulher se torna toda poderosa em relação a seus filhos, cometendo numerosos atos de violência contra as crianças” (p.45). Nesse sentido a mulher é ao mesmo tempo vítima e agressora, causa e efeito da propagação da violência, a autora conclui que “a violência doméstica não se limita à família, nem às quatro paredes do domicílio”. Entretanto, a maioria das ocorrências de violência doméstica ou se dá no domicílio da vítima, ou no domicílio da vítima e do agressor.

De acordo com o Mapa da Violência de 2015 (WASELFSZ, 2015) – homicídio de mulheres no Brasil – apenas no ano de 2013 cerca de 4.762 mulheres morreram vítimas de algum tipo de violência, totalizando 13 homicídio femininos por dia. Em números absolutos, os registros passaram de 1.353 mortes no ano de 1980 para 4.762 em 2013. Crescimento de 252% em todo o período.

Essas mortes, em sua grande maioria, são provocadas por cônjuges ou ex-parceiros que veem a mulher como propriedade privada e não aceitam o fim do relacionamento, utilizando-se de vários meios de agressão para impor sua vontade, tais como: força corporal, espancamento, enforcamento, arma de fogo, envenenamento, entre outras.

Os Estados considerados mais violentos no Brasil são: em primeiro lugar o Estado de Roraima com aproximadamente 15,3 assassinatos para cada 100 mil mulheres, em segundo lugar Espírito Santo com 9,3; em seguida Goiás com uma taxa de 8,6; Alagoas com 8,6; Acre com 8,3; A Paraíba em sexto lugar com 6,4 e sua capital João Pessoa ocupa o 3º lugar entre as capitais.

As quatro capitais mais violentas são respectivamente: Vitória, com uma taxa de 11,8 mortes em 100 mil mulheres; Maceió, capital de Alagoas, com 10,7 mortes femininas; em seguida, João Pessoa com 10,5; e em quarto lugar Fortaleza com 10,4.

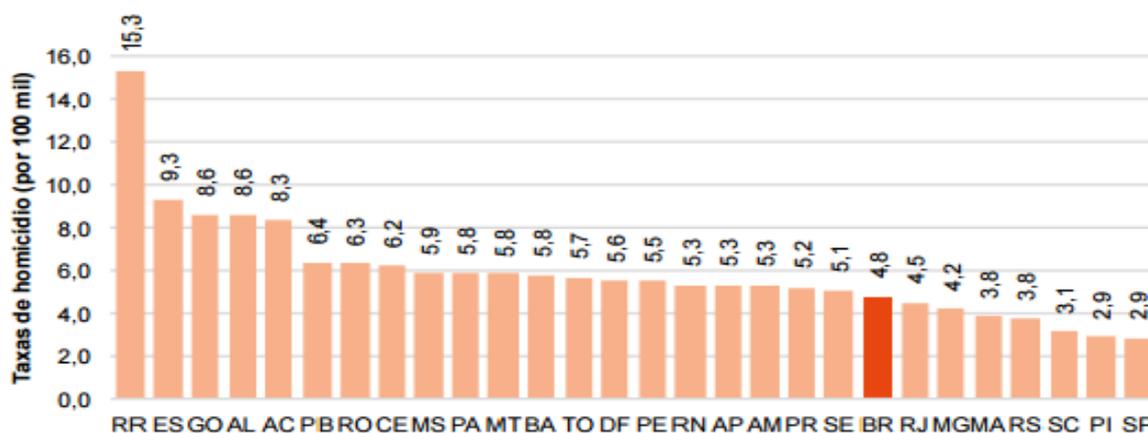


Figura 1 – Ordenamento da UFs, segundo taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil).

Fonte: MAPA DA VIOLÊNCIA, ano 2015.

O enfrentamento a esse tipo de violência, no Brasil, teve como marco inicial a ratificação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW, declarando que “a participação máxima da mulher, em igualdade de condições com o homem, em todos os campos, é indispensável para o desenvolvimento pleno e completo de um país, para o bem-estar do mundo e para a causa da paz”.

De acordo com a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006), em seu Art. 7º, as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher são as seguintes:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018);

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006).

O Mapa da Violência (WASELFSZ, 2015) mostra que a taxa de assassinatos de mulheres negras aumentou 54% em dez anos, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. A faixa etária de 18 a 30 anos de idade, obedece à maior domesticidade da violência contra a mulher; A violência física é, de longe, a mais frequente, presente em 48,7% dos atendimentos; O serviço telefônico Ligue 180 realizou 749.024 atendimentos em 2015. Em comparação a 2014, houve aumento de: 44,74% no número de relatos de violência; 325% de cárcere privado (média de 11,8/dia); 129% de violência sexual (média de 9,53/dia); 151% de tráfico de pessoas (média de 29/mês).

Dessa forma, os poderes públicos devem se organizar para o enfrentamento da violência contra a mulher através de medidas integradas de prevenção, conforme prevê o a Lei Maria da Penha, com a criação da rede especializada, e de acordo com os princípios e as diretrizes previstas na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de

Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública e demais aparatos do Estado e da Justiça. A linha central deve ser o trabalho articulado em rede, sendo estabelecida uma política pública dirigida para a prevenção, a assistência e o atendimento da mulher em situação de violência doméstica ou familiar.

Além das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAMs, a Lei Maria da Penha determina a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Centros de Atendimento Integral e Multidisciplinar para Mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar, Casas abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar, Núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, Programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar e Centros de educação e de reabilitação para os agressores.

4 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Tendo como referência os aspectos discutidos, observa-se que é preciso fortalecer a luta das mulheres em busca de reconhecimento enquanto sujeitos de direitos. É preciso lutar por uma sociedade justa e igualitária, em detrimento a essa sociedade machista e patriarcal.

As relações assimétricas entre homens e mulheres se perpetuam ao longo do tempo como relações de poder e superioridade, diante disso, as mulheres encontram inúmeras dificuldades para garantir seu espaço no mundo e sofrem cada vez mais com as práticas e crimes dos homens contra elas, muitas vezes pelo simples fato de serem mulheres.

Nesse sentido, percebe-se que, dada a complexidade dos elementos que perpassam a categoria violência e suas variadas representações, é fundamental que haja um empenho por parte do Estado e dos diversos segmentos sociais para a sua superação. A educação, a justiça, a assistência social, os poderes públicos, os movimentos sociais e os demais atores da sociedade, devem estar articulados para planejar e promover ações de prevenção, cuidado e proteção, na busca de coibir o crescimento da violência e minimizar os efeitos de suas implicações na sociedade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. In: **Revista SOCIEDADE E ESTADO**, Vol. X, número 2, julho-dezembro, 1995.

BRASIL. Lei nº 11.340/2006. **Lei Maria da Penha: a luta fazendo a lei**. Brasília/2006.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. 1988.

CAMURÇA, Sílvia; GOUVEIA, Taciana. O que é gênero. 4ed. Recife: SOS CORPO (cadernos SOS CORPO), 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: **IMPACTOS DA VIOLÊNCIA NA SAÚDE**. Acesso em: http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacita_cao_rede%20/modulo_2/205631-conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf às 17h33, 20/03/2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência Social sob a perspectiva da Saúde Pública. In: **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 1994.

ONU BRASIL. Uma em cada três mulheres já sofreu violência sexual ou física, alertam agências da ONU. *Nações Unidas Brasil*. 11/12/2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/uma-em-cada-tres-mulheres-ja-sofreu-violencia-sexual-ou-fisica-alertam-agencias-da-onu/> acesso em 18/06/19.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: **VIOLÊNCIA EM DEBATE**. São Paulo: Moderna, 1997.

SANTOS, José Vicente Tavares. A violência como dispositivo de excesso de poder. In: **Revista SOCIEDADE E ESTADO**, Vol. X, número 2, julho-dezembro, 1995.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. Práxis e Violência. In: **Filosofia da Práxis**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2ª. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil**. Flacso Brasil. 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf, acesso em 23/05/2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 11, 12, 13, 16, 17, 18, 25, 58, 63, 69, 110, 145, 146, 202

Adoção 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Adolescente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 83, 100, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 165, 166, 175

Aposentadoria 175, 177, 178, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 202, 203, 207, 212

Assistência Social 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 31, 33, 44, 50, 51, 54, 57, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 82, 83, 87, 88, 89, 93, 96, 98, 129, 130, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 181, 193, 194, 201, 202, 205, 209, 211, 212, 213, 215

Ato Infracional 6, 7, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 34, 35, 38, 40, 41

B

Brasil 2, 3, 4, 9, 10, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 30, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 57, 59, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 82, 83, 86, 98, 106, 110, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 143, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 171, 173, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 190, 191, 200, 201, 203, 204, 211, 213, 214

Brasileira 2, 3, 15, 27, 44, 46, 51, 52, 67, 71, 75, 82, 95, 125, 130, 132, 134, 137, 139, 157, 158, 163, 166, 170, 177, 180, 181, 191, 201, 211, 212, 213

C

Capitalismo 5, 9, 19, 27, 82, 88, 109, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 125, 126, 132, 133, 134, 140, 154, 155, 156, 165, 174, 200, 213

Conflito 1, 2, 6, 7, 8, 9, 23, 28, 29, 125, 146, 164

Criança 2, 3, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 30, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 81, 100, 103, 110, 144, 145, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175

D

Delegacia 141, 142, 143, 144, 145, 146

Desigualdade 24, 37, 79, 82, 105, 109, 112, 113, 119, 142, 156, 157, 179

Direito 1, 3, 6, 7, 9, 12, 15, 19, 20, 35, 37, 38, 48, 51, 52, 61, 66, 68, 70, 72, 77, 79, 85, 89, 107, 109, 110, 111, 118, 119, 124, 127, 129, 138, 151, 153, 154, 156, 159, 166, 167, 168, 170, 172, 179, 180, 181, 182, 188, 201, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

E

Envelhecimento 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 206, 207, 211, 213, 214, 215

Estado 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 48, 50, 57, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 118, 124, 125, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 140, 144, 147, 150, 151, 152, 153, 157, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 179, 181, 196, 201, 208, 209, 211, 212, 213

F

Família 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 18, 20, 24, 32, 34, 38, 39, 48, 50, 58, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 94, 95, 105, 106, 109, 113, 114, 116, 118, 119, 127, 128, 146, 164, 165, 166, 167, 169, 175, 180, 182, 190, 199, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215

Famílias 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 33, 35, 37, 38, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 108, 118, 126, 146, 163, 166, 201

G

Gênero 14, 57, 71, 78, 80, 100, 109, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 131, 134, 139, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 212

I

Idoso 176, 179, 180, 185, 190, 191, 198, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

Institucional 4, 11, 12, 13, 16, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 90, 91, 92, 93, 124, 165, 167

L

Lei 1, 2, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 18, 19, 23, 28, 29, 30, 40, 41, 45, 46, 49, 50, 51, 64, 69, 70, 74, 86, 87, 100, 107, 110, 127, 129, 130, 133, 136, 137, 139, 143, 147, 155, 156, 157, 162, 164, 165, 166, 167, 174, 176, 179, 190, 191, 199, 205, 207, 209, 210, 212, 213, 214

M

Mãe 54, 58, 72, 78, 102, 107, 119, 162, 164, 166, 167, 169

Medida 4, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 68, 97, 116, 120, 124, 134, 135, 136, 143, 145, 185, 200

Mulheres 46, 54, 62, 78, 104, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 182, 194, 200, 201, 206, 211, 215

P

Política 1, 2, 5, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 40, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 96, 104, 107, 110, 114, 115, 124, 127, 130, 132, 133, 134, 136, 139, 143, 151, 153, 159, 162, 164, 165, 167, 168, 171, 174, 176, 179, 181, 182, 190, 191, 193, 194, 201, 202, 203, 210, 212, 213, 215

Política Pública 15, 68, 69, 70, 89, 130, 143, 210

Prática 1, 13, 19, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 34, 37, 60, 63, 74, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 123, 126, 144, 170, 171, 172, 175, 181

Prisional 133, 136, 137, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158

Promoção da Saúde 42, 45, 49, 50, 178

Q

Questão Social 4, 6, 7, 9, 10, 14, 24, 27, 32, 39, 56, 59, 60, 61, 66, 67, 77, 80, 82, 85, 86, 88, 89, 98, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 160, 168, 170, 173, 179, 201

R

Rede 13, 14, 17, 18, 33, 34, 36, 37, 38, 43, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 91, 92, 93, 94, 102, 103, 109, 123, 129, 130, 131, 143, 167, 169, 173, 189, 210, 215

S

Saúde 5, 14, 15, 17, 19, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 93, 96, 100, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124, 129, 130, 131, 136, 139, 143, 144, 150, 155, 157, 161, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 177, 178, 179, 181, 188, 189, 191, 194, 195, 201, 202, 203, 206, 209, 210, 212, 214, 215

Serviço Social 1, 10, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 40, 41, 42, 53, 55, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 109, 110, 111, 121, 132, 133, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 160, 161, 169, 174, 177, 191, 193, 206, 215

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 111, 113,

114, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Sociedade 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 19, 24, 27, 28, 32, 37, 39, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 59, 60, 62, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 89, 94, 95, 96, 97, 104, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 142, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 176, 177, 179, 180, 181, 185, 187, 189, 191, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 207, 208, 211, 214

Socioassistencial 33, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 70, 71, 87, 167, 169, 215

Socioeducativa 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40

Sujeito 6, 23, 25, 30, 43, 44, 47, 49, 50, 57, 68, 73, 74, 108, 124, 125, 136, 154, 162, 177, 178, 181, 187, 189, 200

T

Trabalho 3, 4, 5, 7, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 105, 110, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 149, 152, 154, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 168, 169, 172, 173, 175, 177, 178, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214

V

Violência 1, 7, 10, 12, 22, 25, 27, 34, 35, 36, 38, 43, 44, 45, 47, 52, 60, 62, 67, 71, 92, 95, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 154, 159, 208, 215

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020